



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Crise da Democracia nos EUA: uma análise a partir do governo de Donald Trump

José Manuel Mussunda Da Silva
Mestrando em Ciência Política pela UFPel
Bacharel em Humanidades pela UNILAB
Licenciando em Sociologia pela UNILAB

Resumo: Há uma percepção de que as democracias ditas consolidadas seriam imunes à crise. Não obstante, alguns sinais que já alertavam para um retrocesso, a eleição de Trump deixou mais evidente a eventual crise da democracia. Trump, chega em novembro de 2016 à presidência com uma proposta de política externa com um forte nacionalismo e grande protecionismo econômico, daí que seu “slogan” foi “America First”. O que salta à vista é que Trump é um “outsider” político, ou seja, nunca teve engajado em funções políticas e, por conseguinte, tinha um discurso anti-sistema e racista. Deste modo, o seu mandato foi registrado por fortes incongruências externas e no último ano ficou marcado com uma gestão catastrófica causada pela covid-19. O presente trabalho objetiva analisar o processo político-democrático da governação do Donald Trump. Na sequência, identificar-se-á as nuances da crise da democracia nos EUA. Do ponto de vista metodológico, far-se-á uma pesquisa de caráter qualitativo, com uso de várias técnicas, análise bibliográfica, análise de conteúdo, documental e pesquisa empírica com uso de questionário *forms*.

Palavras-chave: Recessão democrática; Populismo; Discurso; Trump; EUA.



A máscara não é necessariamente o que esconde. Oculta quando nos impede de ver o que permitiria identificar a pessoa mascarada. Simula quando nos dá a ver uma imagem diversa da que está escondida, uma aparência que deveríamos ter por verdadeira (CHARAUDEAU).

Introdução

Há uma percepção de que as democracias ditas consolidadas seriam imunes a crises ou “Recessão democrática”. Muitos estudiosos do sistema político norte-americano sempre tiveram este entendimento, expõem os autores do livro “como as democracias morrem” que a constituição, liberdade civil, classe social, nível de educação e saúde elevada deveria ser pretexto para justificar qualquer tentativa de colapso democrático nos EUA, como tem acontecido em outra parte do mundo (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Uma das características da recessão democrática é o declínio da participação popular; a fraqueza no funcionamento dos governos; o declínio da confiança nas instituições e dos partidos políticos, a crescente influência de instituições e órgãos de especialidades não eleitos nos processos eleitorais e o abismo entre as elites políticas e o eleitorado; o declínio na liberdade de expressão e a erosão das liberdades civis (LARRY DIAMOND, 2015). Porquanto, o surgimento de regimes liberais, autoritários e discursos populistas no poder político do Estado são apontados como baliza do retrocesso democrático.

Não obstante alguns sinais que já alertavam para um retrocesso da democracia norte-americana¹, a eleição de Donald Trump deixou mais evidente a problemática de uma eventual crise da democracia nos EUA. A defesa do discurso ultranacionalista atrelada ao populismo de direita é considerada também como um dos fatores da crise democrática dos EUA durante o governo de TRUMP.

O conceito de discurso e populismo é inesgotável no campo política-democrático. Geralmente, o significado é interpretado a partir do processo histórico da realidade Ocidental, Ibero-América e recentemente na América-latina. O termo populismo surgiu a partir do século XX, é um conceito heterogêneo e também ambíguo no debate político, visa designar fenômeno social, econômico e antropológico de determinada realidade (TÉ e VALE, 2022).

¹ Para alguns autores como Ziblatt e Levitsky as grades de proteção da democracia nos Estados Unidos estão se enfraquecendo. A erosão das normas democráticas começou nos anos 1980 e 1990 e se acelerou nos anos 2000. Na época em que Barack Obama foi eleito presidente, muitos republicanos questionaram a legitimidade de seus rivais do Partido Democrata e abandonaram a contenção em nome de uma estratégia de ganhar por quaisquer meios necessários.



Desse modo, o conceito populismo é caracterizado pela sua cosmopolitização presente em todo o espaço social, sobretudo no âmbito da democracia liberal. Alguns teóricos defendem o populismo como ameaça para a qualidade da democracia e que preciso ser banido da arena política (MENDONÇA, 2014; FREITAS, 2021; MIGUEL, 2014; TÉ e VALE, 2022).

No âmbito do debate da democracia, o populismo é associado a pronunciamento simplista, emocional e demagógico direcionado ao povo por promessas eleitorais com objetivo de angariar votos e atingir o poder político (TÉ e VALE, 2022). Nesta senda, o conceito de populismo é analisado em dois campos distintos: o populismo da direita e populismo da esquerda.

Resumidamente, o populismo da direita está ligado à defesa das elites neoliberais e apresenta proposta de privatização e expansão de mercados privados, ou seja, acredita que o mercado se autorregula. Enquanto que o populismo da esquerda defende a intervenção estatal no mercado. O populismo da esquerda acredita que o mercado não se autorregula, a intervenção do Estado é importante para evitar qualquer tentativa de exploração e desigualdade social. Ou seja, o Estado deve ser o autorregulador do mercado. Embora o populismo da esquerda seja uma corrente político importante para a democracia, sua forma de atuação e camuflado no discurso da defesa dos pobres (classe trabalhadora), inclusão de gênero, dar voz aos grupos marginalizados (por exemplo, negros, LGBTQ, etc.), mas não abdicam por completo os princípios liberais, isto e, mantem a continuidade de elite política (MOUFFE, 2018).

De fato, apresenta-se para este estudo, arcabouços que se preocupa identificar as nuances da crise da democracia nos EUA, sem escamotear os fatores que causaram a crise.

Embora o artigo apresenta (muitas) limitações teórico-analítico, trata-se de um estudo exausto que se preocupa em analisar a crise da democracia nos EUA e os modus operandi e vivendi durante o governo de Donald Trump. Dito isto, questiona-se: A democracia dos EUA está em crise? Que impacto o discurso tem nos regimes democráticos? Para responder tais questões, hipóteses e objetivos, far-se-á uma pesquisa de caráter qualitativo, com uso de várias técnicas, análise bibliográfica, análise de conteúdo e documental. Outrossim, utilizou-



se também uma pesquisa empírica com uso do questionário online (google forms). Os dados obtidos foram opiniões de estudantes universitários sobre democracia dos EUA.

Democracia e Populismo: aportes teóricos

A concepção de democracia é importante para refletir sua heterogeneidade, uma vez que não existe consenso entre os autores. Do ponto do Bobbio (2000), a democracia é entendida como a regra de jogo ligado a representação política autorizada a deliberar as decisões coletivas. Para o autor, as regras do jogo cumprem um papel de **regras processuais e constitucionais**², segundo a qual, todos cidadãos maiores de idade gozam de direitos políticos. Este direito é basicamente o exercício ao voto no sentido da escolha da elite política que governa.

A ideia de democracia representativa de Bobbio é corroborada por Schumpeter, baseada na concorrência do voto em relação a soberania do povo propriamente dita, ou seja, é a noção de que o povo não exerce o poder. Para o autor, “a democracia é um método político, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa)” (SCHUMPETER, 1961, p. 304). A estas visões são interpretadas como minimalistas, pois a democracia se resume na escolha racional de seu representante.

Ao contrário de Schumpeter, Bobbio e aproximando-se das ideias de Habermas e Dahl (2012), os autores defendem um modelo institucional do sistema político mais inclusivo, onde a democracia é um princípio de autonomia que desenvolve a capacidade social e moral dos cidadãos e sociedade no geral. Partindo da premissa, Dahl, desistiu de empregar o termo democracia em detrimento da “poliarquia” para qualificar os regimes existentes. A poliarquia para Robert Dahl, requer maior participação do povo no jogo do poder, aliás, embora o exercício do voto seja um dos elementos *sine qua non*, ainda é insuficiente na democracia, desse modo, ela pode ser compreendida em três condições “1. De formular suas preferências; 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva; 3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo” (DAHL, 2005, p. 26).

2 Grifos meus.



Nessa perspectiva, Dahl (2005; 2012) destacou a poliarquia como sistema político plural (de várias forças políticas ou organizações), na qual objetiva participar democraticamente a partir das competições eleitorais periódicas. A poliarquia é um sistema político em que os cidadãos com maior idade exercem os seus direitos (escolhas) de partidos políticos em eleições. Logo, “a poliarquia oferece um amplo leque de direitos humanos e liberdades que nenhuma outra alternativa do mundo real consegue igualar” (DAHL, 2012, p. 352).

E no âmbito de um Estado democrático (linguagem de Schumpeter e Bobbio) ou Estados poliárquicos e com democracias que permitem contestação e deliberações públicas (Dahl e Habermas) que a sociedade civil tem espaço para se afirmar na tomada de consciência por meio da teoria discursiva (HARBEMA, 1995).

O modelo proposto pelos autores, Schumpeter, Bobbio, Dahl e Habermas são insuficientes nas democracias existentes, sobretudo a representativa liberal que propõe formas de participação na arena política estabelecida no âmbito institucional (MIGUEL, 2005). Na visão do autor, a democracia agrega não apenas a representação institucional, mas também a participação dos movimentos contestatários. Os movimentos surgem na sequência do discurso do ódio e exclusão como parte antagônica do discurso populista na estrutura política (MIGUEL, 2019).

O populismo é conceituado a partir de um estudo político controverso, é a relação de poder onde as estruturas formais do sistema político são substituídas pela relação direta entre um discurso do líder carismático direcionado diretamente para o povo. O discurso populista pode ser interpretado a partir da maneira de exercer o poder, geralmente é discursar com muita frequência no seio da população, mas ele é também um discurso político. Estudos contemporâneos têm se preocupado em estudar o populismo e democracia para comparar as ações praticadas por indivíduos influentes na sociedade.

O termo populismo é um fenômeno complexo, nos últimos tempos ganhou várias mudanças, de modo geral, o populismo é uma prática representada por um líder carismático que fala aquilo que a população quer ouvir, o que transforma os anseios da população num discurso político. Nessa lógica, o povo adota uma postura de passividade acrítica,



incapacidade de discernir entre o seu interesse e o interesse daquele que supostamente o engana (MENDONÇA e JÚNIOR, 2014).

O discurso populista é fantasiado na trajetória discursiva da vontade popular, pelo contrário, cria todo o financiamento da indústria a elite clientela, promove divisão entre burguesia e operário (BROWN, 2019; MENDONÇA, 2019). A proposta de melhoria da vida socioeconômica da classe trabalhadora é qualificada como discurso populista. Daí, o populismo torna-se campo antagônico entre as classes (MENDONÇA e JÚNIOR, 2014).

Existem dois tipos de populismo: o da direita e o da esquerda.

O populismo de direita alega que trará de volta a soberania popular e que restaurará a democracia, mas essa soberania é entendida como “soberania nacional” e reservada àqueles considerados os verdadeiros “nacionais”. Os populistas de direita não tratam da demanda por igualdade e constroem um “povo” que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes, vistos como uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação. Vale a pena assinalar que, embora o populismo de direita articule muitas resistências contra a pós-democracia, ele não necessariamente apresenta o adversário do povo como constituído pelas forças do neoliberalismo. Seria, portanto, um equívoco identificar a sua oposição à pós-democracia como uma rejeição ao neoliberalismo. Sua vitória poderia levar a formas nacionalistas autoritárias de neoliberalismo que, com o intuito de recuperar a democracia, na verdade, a restringir drasticamente. O populismo de esquerda, ao contrário, procura recuperar a democracia para aprofundá-la e ampliá-la. Uma estratégia populista de esquerda visa aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um “nós”, um “povo”, confrontando um adversário comum: a oligarquia. Isso requer o estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre as demandas dos trabalhadores, dos imigrantes e da classe média precarizada, assim como outras demandas democráticas. O objetivo dessa cadeia é a criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia [...] outro objetivo de uma estratégia populista de esquerda é a criação de uma maioria popular para chegar ao poder e estabelecer uma hegemonia progressista. Não há nenhum modelo de como isso acontecerá ou um destino final (MOUFFE, 2018, p.30).

A esquerda objetiva pôr fim ao neoliberalismo a partir da reforma anticapitalista, mas não significa que sua estratégia seja a ruptura radical (total) com a democracia-liberal, pelo contrário, a esquerda (indiretamente) constrói uma relação com o liberalismo e democracia a partir da trajetória discursiva da vontade geral (povo pobre) contra elite repressiva e autoritária, acompanhado com a proposta de redução do preço da cesta básica, distribuição de renda, entre outros projetos sociais. E o populismo da direita tem uma trajetória discursiva nacionalista e conservador forjada na defesa da população. Na verdade, o populismo da direita prega a ruptura fronteiriça e geralmente profere retórica xenófoba, racista e autoritária (CHARAUDEAU, 2011).



O populismo torna-se uma ruptura simplista entre elite e povo. Este último ocupa a posição da entidade moralmente correta e a elite do ponto de vista ético- moral é vista como corrupta, aproveitadora e aquela que deseja açambarcar o erário para benefícios próprios. O populismo trata-se do pragmatismo do modo de fazer política que constrói uma estratégia discursiva fronteiriça entre “nós/eles” marcada por divisão da sociedade.

Mouffe (2006), parte da concepção ontológica para resgatar o debate do conflito e paixão como identificação presente da relação social. A ideia é uma crítica à teoria minimalista de Schmitt, segundo a qual, a política é um ato de inimigos e não adversários. Em substituição, a autora afirma que no campo político os concorrentes são tratados como adversários legítimos e não inimigos. Assim, o discurso torna-se o sentido produzido a partir da retórica (MOUFFE, 2006).

Desse modo, o discurso é entendido como construção de opinião cujo fim é obter adesão, rejeição e consenso, resultante de um espaço aglomerado (comício, debate, reuniões ou declarações televisivas) construída estrategicamente na base de persuasão e sedução popular.

Aqui, o político encontra-se em uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. [...] o político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo (CHARAUDEAU, 2011, p.79).

O político procura reunir grupos em torno de si, objetiva estabelecer aliança estratégica e fazer com que a massa popular adira ao seu partido, sobretudo em período eleitoral. Nesse período, o político mostra-se prudente e coerente a partir “[...] de uma verdade racional do que procurar transformar opiniões impregnadas de emoção, mediante a constituição identitária dos atores do mundo político” (CHARAUDEAU, 2011, p.94).

Para o autor, o discurso torna-se um jogo mascarado do qual todos participamos construído na base de solidariedade mútua, logo, é a partir daí onde são identificadas as bases conflitantes entre povo e elite. Na conjuntura política atual, o discurso democrático está sendo



ameaçado por práticas não-democráticas, e a própria ideia da democracia tem se tornado algo em constante negociação e objeto de incessantes lutas e exclusão (MENDONÇA, 2012).

A despeito disso, o antagonismo torna-se importante na política-democrática. Dito de outra forma, a democracia torna-se não somente campo de deliberação/consenso entre elites políticas, mas também espaço onde são demandadas os conflitos e lutas sociais dos grupos marginalizados. Neste sentido, “[...] não podemos em nome do consenso, do equilíbrio, da moderação, da visibilidade e da estabilidade, eliminar todo conflito, toda posição crítica” (VITULLO, 2007, p.74). Precisamos incorporar o conflito como parte do fazer política e democracia, em que as lutas são necessárias e legítimas nos regimes democráticos (FREITAS, 2020; MIGUEL, 2014).

O antagonismo é construção da relação discursiva do processo conflitivo, da ruptura e construção identitária. Embora o antagonismo seja inerente à relação humana, torna-se um perigo quando põe em risco a estabilidade democrática. O antagonismo se constitui na diferença, na negação, além da impossibilidade. A relação antagônica é a possibilidade de determinada ordem discursiva. É uma relação entre um interior e exterior discursivo marcado pela prática de ameaça, discurso musculado contra adversários políticos e seus apoiantes.

Donald Trump e a Recessão democrática nos Estados Unidos da América

Donald Trump, chega em novembro de 2016 à presidência dos Estados Unidos, com uma proposta de política externa com um forte nacionalismo e grande protecionismo econômico, daí que seu “Slogan” foi “America First” (América em Primeiro lugar). Trump argumentava que o status quo na política externa existente implicava demasiados custos ao país e que poderiam ser canalizados para o engrandecimento para a América. Esse posicionamento discursivo impulsionou vários eleitores a concordarem (com ele) à medida que demandava um “Mutatis” na política externa Norte-americana. O que salta à vista é que Trump é um “outsider” político, ou seja, alguém que nunca teve engajado em funções políticas, e que tinha um discurso anti-sistema, contra o status quo estabelecido.

A vitória de Trump à presidência dos EUA gerou um clima de tensão por parte do partido Republicano, particularmente dos insiders e proeminentes líderes conservadores que se apresentavam contra Trump (LEVITSKY, e ZIBLATT, 2018). Em março de 2016, o ex-



candidato Republicano Mitt Romney, descreveu Trump como um perigo tanto para o Partido Republicano, quanto para a estabilidade político-democrática do país. Mitt Romney, questionou a capacidade psicoemocional de Trump e afirmou que (ele) não possuía bom-senso humorístico para ser presidente e poderia beliscar a política externa dos EUA.

De acordo com as declarações de Romney, a governação de Trump foi marcada por fortes incongruências na política externa. Retirou-se dos acordos do clima de Paris, dos acordos de não proliferação de armas nucleares com o Irã e aventou a possibilidade de uma saída formal da Organização Mundial da Saúde. No âmbito da política administrativa interna (2020) ficou marcado com uma gestão catastrófica causada pela pandemia da covid-19 que redundou na sua liderança, sobretudo no alto nível de cidadãos afetados e taxa elevada de mortalidade no mundo. No entanto, estes dados repercutiram na negação popular à sua reeleição.

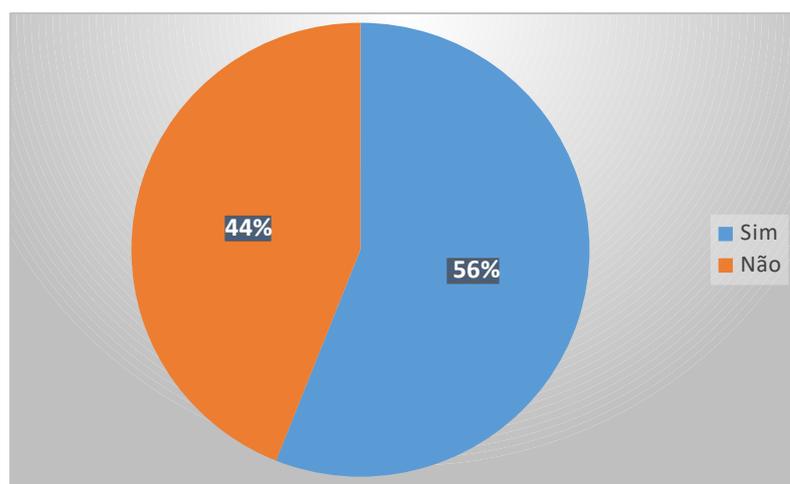
Considerando que a pandemia teve seus impactos em todos os setores da estrutura social do país, o processo eleitoral não ficará de fora. Quero com isso mostrar que a forma como Trump lidou com a pandemia nos EUA influenciou a sua rejeição nas eleições. Fez-lhe perder certa simpatia e confiança dos eleitores. O número de mortos nos EUA pela covid-19 foi um desastre que afetou bastante sua projeção política. Além disso, a economia dos EUA quebrou durante a pandemia e o estado afastou-se de certas assistências sociais que até então assegurava. As promessas feitas pela sua plataforma política na eleição passada na qual elegeu-se presidente não foram cumpridas suficientemente e a pandemia entrou logo. Isso tornou Trump frágil na manutenção das suas bases eleitorais através de respostas adequadas às expectativas, aspirações e interesses de diferentes corporações econômicas, oligarquias, e grupos desprivilegiados e de baixa renda. Muitas franjas sociais, sobretudo da classe baixa e médio não se sentiram contemplados pelas políticas macroeconômicas que o governo de Trump implementou, porque foi uma política econômica que favoreceu mais as grandes multinacionais e corporações políticas. Esses quesitos pesaram nos dados eleitorais que elegeu Biden à presidente do país.

Para complementar o estudo, além do análise teórica-analítica, realizou-se também pesquisa empírica através do recurso de questionário do *Google Forms* e compartilhado nos grupos do WhatsApp, Facebook e plataformas adicionais que mereceu apreciação e resposta



de estudantes de diferentes países (Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, etc) para coletar dados informações sobre democracia e recessão democrática nos EUA, conseqüentemente a transição política de Trump a Biden. Uma das questões foi conhecer por parte dos participantes sobre a influência da pandemia no processo eleitoral nos EUA.

Figura 1 – A pandemia da covid-19 influenciado na eleição de Joe Biden?



Participaram da pesquisa vinte e cinco estudantes. Dos dados obtidos aproximadamente há um mês, catorze responderam que a pandemia impulsionou a perda eleitoral de Trump nas eleições nos EUA, correspondendo percentualmente 56%. Enquanto que onze dos participantes responderam não! São fatores externos que estavam na base da perda do Trump, conseqüentemente na eleição do atual presidente dos EUA. Perfazendo 44%.

É notório que ao longo dos anos não foram apenas as regras escritas (constituição americana e os seus checks and balances) que contribuiram para a consolidação da democracia nos EUA, mas também as regras não escritas: a tolerância mútua e a reserva institucional. Após a realização das eleições de 3 de novembro de 2020, Donald Trump, que perdera o pleito, mostrou que não tinha tolerância mútua e crédito nas próprias instituições que administrou, culminando em não aceitar os resultados eleitorais alegando fraude, e chegando ao ponto de tentar bloquear as mensagens de felicitações do seu adversário político Joe Biden.

O descrédito às instituições e discursos de fraude eleitoral influenciou no acontecimento que armou o Ocidente no dia 06 de janeiro de 2021, a invasão do Capitólio



pelos seus apoiantes. A invasão foi amplamente condenada e tem sido interpretada como sinal da deterioração da democracia dos Estados Unidos da América.

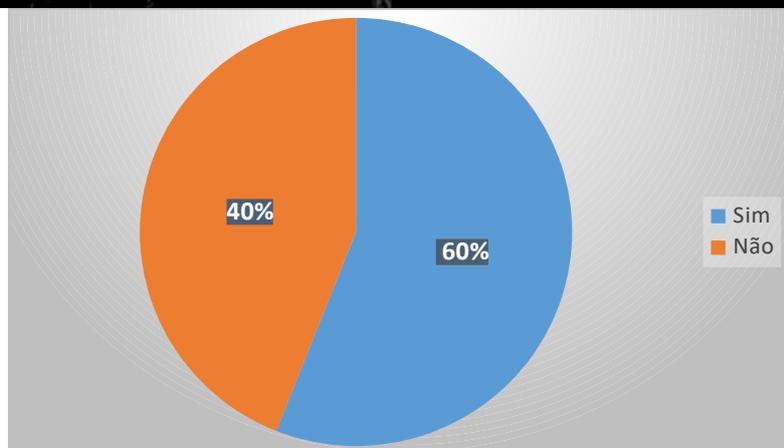
A invasão pode ser considerada como um sinal da recessão democrática dos EUA, como assevera Adam Przeworski (2019), o perigo é que conflitos políticos extrapolam as fronteiras institucionais, resultando na ruptura da ordem pública. Dito de outra forma, a invasão de fato criou uma ruptura na ordem pública. Pois, a democracia funciona quando conflitos políticos são processados em liberdade e paz civil. Contudo, depois da repercussão da invasão, Trump foi “obrigado” a reconhecer a sua derrota e se comprometer com uma transição tranquila.

Ao desrespeito à reserva institucional, verificou-se a medida em que a administração de Trump recusava-se a assinar documentação necessária para que a transição se efetivasse para equipe do governo de Joe Biden, de forma pacífica. A este receio, cogitava-se que a dificuldade na aquisição destes dossiês poderia ser prejudicial para a governação Biden e consequentemente a performance do país nas relações internacionais.

Todos os atos acima descritos acabam por minar a confiança nas instituições políticas nos EUA e a diminuição da confiança popular no sistema político. Como aponta Joseph Nye (2012), “se a sociedade e as instituições norte-americanas parecerem estar a entrar em colapso, os Estados Unidos serão menos atraentes para os outros” (ibid, p. 210).

Aliás, os dados empíricos obtidos na pesquisa, na qual tivemos o retorno de 25 respostas em relação à questão direcionada, a pergunta se a democracia dos EUA, está em crise, obtivemos os seguintes resultados:

Figura 2 – A democracia dos EUA está em crise?



A figura 2 demonstra os dados dos participantes da pesquisa sobre a crise da democracia nos EUA. Ou seja, se a democracia estadunidense se encontrava em crise. Dos vinte cinco participantes, dez responderam que a democracia nos EUA, não está em crise, preceituando 40%. Enquanto que quinze dos participantes responderam que sim! A democracia ocidental (EUA) está(va) em crise, perfazendo 60%.

Desse modo, além da questão objetiva, colocamos uma questão subjetiva que permitiu os participantes expressarem-se livremente sobre as motivações que o levaram a responder que a democracia norte-americana se encontra em crise. Contudo, segundo os participantes, a democracia estadunidense encontra-se em crise pela descrença nas instituições políticas e seus atores, sobretudo no governo de Trump, que defendeu modo de produção capitalista neoliberal baseado no conservadorismo; a reclamação dos resultados eleitorais justificando-se na fraude, comportamento antidemocrático e populista do antigo presidente.

O comportamento de Trump e seus discursos contribuíram também na incrementação da “polarização sectária” no sistema político norte-americano, que vai além das diferenças políticas e adentra no aspecto discursivo do nacionalismo ligado ao conflito de raça e cultura.

O discurso populista de Trump é empregue como manifestação discriminatória contra as minorias (sobretudo negros e migrantes). O discurso configurou-se no campo político-social de seu mandato caracterizado por atitudes racistas, xenofóbicas e fascistas adentrado no uso de diversas formas de violência. A consequência do discurso ultranacionalista levou a morte do cidadão George Floyd.

O nacionalismo e o racismo exibem oposições fundamentais, mas é óbvio que certas formulações do nacionalismo foram associadas no passado, e ainda o são, com o



racismo. O chamado lado escuro do nacionalismo vem à tona quando os que lutam por promover e desenvolver sua nação decidem fazê-lo sem respeitar o direito de outras nações à existência e à evolução, sobretudo das nações vizinhas. A grande fraqueza do nacionalismo provém precisamente de estar ser uma palavra usada na descrição de atitudes e propósitos tão diferentes. Esse tipo de nacionalismo possui um modo particular de encarar as relações básicas entre “nós” e “eles”, e utilizá-lo na construção da identidade nacional. O “outro” não é alguém que nos torna cômicos de nossas próprias particularidades, alguém com que possamos aprender, respeitar, conviver e tomar como ponto de referência de nossa própria identidade. Esse nacionalismo vê o “outro” um inimigo potencial ou real, mas antes de mais nada, alguém inferior. Isso acontece quando o racismo é incorporado a um discurso nacionalista (GUIBERNAU, 1997, p.100).

Além do racismo, existe um certo tipo de nacionalismo ligado ao discurso fascista. Um discurso baseado na ruptura de fronteira política entre “nós” e “eles”. Isto é, descreve a relação de oposição política entre amigos e inimigos, segundo a qual, a existência de outro é vista como ameaça para si. Desse modo, o inimigo deve ser aniquilado para que uma pessoa possa manter sua própria existência.

Por seu turno, com a perda de Trump, conseqüentemente a transição de Biden à presidente dos EUA, há indicadores que consideram sendo uma esperança para a democracia estadunidense.

Entretanto, segundos dados obtidos sobre a possibilidade de Biden a esperança para a crise da democracia nos EUA, concluímos que é muito cedo para vaticinar se o Democrata Joe Biden, reverterá o concurso da polarização sectária alimentada por Donald Trump. Todavia, há sinais que pode encadear para algum porto no âmbito da política interna. Primeiro, Joe Biden fez uma leitura conjuntural e escolheu como sua vice-presidente uma Mulher negra, Kamala Harris, para construir uma imagem de voz tribunícia, ou seja, voz que dá protagonismo e conceder voz aos grupos que são sub-representações como as minorias negras, bem como a emancipação do gênero ao contrário de Trump. Segundo, estrategicamente quer capitalizar o seu apoio face ao movimento “Black Lives Matter”³.

No âmbito da política externa, Joe Biden é muito mais inclinado ao multilateralismo e cooperação com os seus aliados ocidentais. Dito isso, será Joe Biden o presidente que diminuirá a polarização absoluta e a regar o jardim da democracia americana?

Conclusão

3 Movimiento contestatario do fenómeno racismo.



Este artigo mostrou, a partir de estudo teórico-crítico e empírico, que a crise nenhuma democracia “dita” consolidada são imunes à recessão e os EUA, experimentaram isso com a eleição de Trump a presidente do país. De acordo com os dados obtidos, o trabalho destacou várias nuances que tiveram na base da crise democrática norte-americana, nomeadamente, discurso populista ligada a demagogia neoliberal, excludente, racista e xenofóbica.

Por fim, o estudo demonstrou que além do discurso populista, fatores externos e internos beliscaram a democracia estadunidense, particularmente o governo de Trump. No âmbito da política externa, a saída do acordo do clima de Paris, acordo de não proliferação de armas nucleares e a possibilidade de eventual saída da OMS, destacamos como o princípio do declínio da democracia norte-americana. Na política interna, a atitude agressiva contra os grupos minoritários, a má-gerência do país durante a pandemia da covid-19, o descrédito nas instituições e a invasão de seus apoiantes no Capitólio deterioraram a democracia dos Estados Unidos da América.

Referências

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FREITAS, Felipe Corral de. A POLÍTICA COMO ANTAGONISMO: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

FREITAS, Felipe Corral de. Repensando o agonismo: o impasse não superado entre conflito e consenso. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 3, 2020.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. 2015 [1985].



LEVITSKY, E; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DIAMOND, Larry. (Universidade Stanford) no artigo Facing Up to the Democratic Recession (“Enfrentando a recessão democrática”), publicado *Journal of Democracy* (volume 26, Number 1 January 2015) e disponível em https://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Diamond-26-1_0.pdf.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 205-228, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. **Simbiótica, Vitória**, v.6, n.2, jul.-dez., 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 13-43, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

NYE, J. **O Futuro do poder**. Lisboa: Almedina, 2012.

TÉ, Paulo Anós; DO VALE, Beatriz Franco Pereira. Debate sobre o populismo: que aportes teóricos? **Almanaque de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 01-19, 2022.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. São Paulo: Zahar, 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VITULLO, Gabriel. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. Tomo, no. 10, p. 59-83, 2007.